



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Caúla Reis

131



HABEAS CORPUS nº 202617-7 – Petrolina (1ª Vara Criminal)

IMPETRANTE/PACIENTE: **Manoel Silvino dos Santos.**

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

1304

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO, EM PARTE, DE PEDIDO ANTERIORMENTE JULGADO NESTA EGRÉGIA CORTE. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT QUANTO À ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTOS PARA A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA. AFIRMADO EXCESSO DE PRAZO IRRAZOÁVEL NA FORMAÇÃO DA CULPA. COMPLEXIDADE DO FEITO. COMPROMETIMENTO DO MAGISTRADO COM O BOM ANDAMENTO DO PROCESSO ORIGINÁRIO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INSTRUÇÃO CONCLUÍDA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 52 DO STJ. CONSTRANGIMENTO NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – O presente caso corresponde, em parte, a simples reiteração de pedido anteriormente analisado por esse Tribunal, no julgamento do HC nº 193276-5, não devendo, logo, ser conhecido, no que tange às alegações referentes à falta de fundamentos para a decretação da custódia cautelar preventiva do paciente.

II – O feito originário é notoriamente complexo, contando com 22 (vinte e dois) réus, e onde houve a necessidade de vários procedimentos investigativos, voltados à busca da verdade real, como buscas e apreensões e quebras de sigilo bancário, o que, logicamente, implica num maior alargamento da marcha processual. Ademais, mostra-se claro o comprometimento do Juízo com o bom andamento do processo, despachando o feito com celeridade, e cuidando de designar e ultimar com rapidez a audiência instrutória. Assim, deve ser aplicado ao caso os temperamentos do princípio da razoabilidade, por imperativo.

III – O feito encontra-se na fase de alegações finais, mostrando-se aplicável, ainda, ao caso, a súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vislos, relatados e discurtidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 202617-7 em que figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão de 10/01/2010, à unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do parecer ministerial, relatório e voto que seguem em anexo e que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Caúla Reis



132

HABEAS CORPUS nº 202617-7 – Petrolina (1ª Vara Criminal)

IMPETRANTE/PACIENTE: **Manoel Silvino dos Santos.**

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

Manoel Silvino dos Santos, preso preventivamente como incurso nas penas dos artigos 33 e 35, da Lei 11.343/06, e à disposição do Exmo. Sr. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina, ajuizou, em nome próprio, pedido de Ordem de Habeas Corpus Liberatório, requerendo a concessão monocrática de provimento urgencial e a sua posterior confirmação pelo Colegiado.

Alega o impetrante, na exordial de fls. 02/16, em síntese, a configuração de excesso de prazo injustificado no trâmite do feito, bem como a ausência de fundamentos aptos a embasar a decretação da custódia cautelar preventiva (Processo nº 233.2008.009979-2).

O impetrante/paciente, por equívoco, protocolou o presente pleito junto ao Superior Tribunal de Justiça, tendo sido o processo, inicialmente, atuado e distribuído naquela Corte Superior. Entretanto, restando clara a absoluta incompetência do STJ para apreciação do writ, foi exarada decisão, determinando o encaminhamento dos autos a este Egrégio Tribunal (fls. 29).

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 46).

A autoridade impetrada prestou as informações de estilo (fls. 54/55).

O Ministério Público, em parecer da lavra do Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Renato da Silva Filho, opinou pela denegação da ordem (fls. 61/62).

É o relatório.

VOTO

Conforme se infere dos autos, Manoel Silvino dos Santos foi preso preventivamente em 09.10.08, juntamente com outros 20 (vinte) indivíduos, a



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Cadia Reis

133



requerimento da autoridade policial, ante a existência de fortes indícios de sua participação em uma associação criminosa desarticulada pela Polícia Federal, voltada ao tráfico ilícito de entorpecentes.

O membro do Parquet ofertou a peça acusatória em 10.12.08. Em 20.01.09, os mandados de citação dos réus, 22 (vinte e dois) ao todo, foram expedidos pela indigitada autoridade coatora. As peças preliminares de defesa de vários dos acusados, mesmo as dos que possuíam causídicos constituídos, foram apresentadas muito além do prazo legal, o que motivou, inclusive, a intervenção da Defensoria Pública para garantir a continuidade da marcha processual.

Em 16.10.09, foi proferida decisão de recebimento da Denúncia, e, menos de dois meses após, especificamente nos dias 10, 11 e 14 de dezembro do ano passado, foi realizada a audiência de instrução e julgamento, estando o feito com sua instrução concluída, no aguardo, apenas, da apresentação das alegações finais pelas partes, para tão logo ser proferida sentença.

De proêmio, verifico que o caso *sub examine* corresponde, em parte, a uma simples reiteração de pedido já anteriormente analisado por esta 2ª Câmara Criminal, no julgamento do Habeas Corpus de nº 193276-5, da Relatoria do Exmo. Sr. Des. Antônio de Melo e Lima, realizado em 09.12.09, conforme ementa que segue abaixo:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PLEITO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS PROCEDIMENTOS DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, BUSCA E APREENSÃO E QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. A DETERMINAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO SE DEU EM OUTRO FEITO CRIMINAL. PROCEDIMENTOS DE BUSCA E APREENSÃO E QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO EM HARMONIA COM A DETERMINAÇÃO LEGAL E BEM FUNDAMENTADOS. IMPOSSIBILIDADE DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. DENÚNCIA CLARA E QUE ATENDE AO PRECEITO DO ARTIGO 41 DO CPP. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COMO IMPERATIVA À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. HABEAS CORPUS É VIA IMPRÓPRIA À ANÁLISE DE QUESTÕES REFERENTES À NEGATIVA DE AUTORIA.

1- A medida de quebra de sigilo telefônico foi determinada em outro feito criminal e em tal processo o paciente não sofre qualquer restrição de liberdade, visto que a prisão preventiva do mesmo foi decretada nos autos em que responde pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes;

2- Os procedimentos de busca e apreensão e de quebra de sigilo bancário estão devidamente fundamentados, tanto nos fatos relatados nos autos como na lei afínente à espécie, não havendo, ainda, qualquer indício de terem sido emitidos a



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Costa Reis

134



posteriori dos atos atacados, e tampouco o paciente fez prova neste sentido;

3- Eventual inépcia da denúncia só pode ser acolhida quando demonstrada inequívoca deficiência a impedir a compreensão da acusação, em flagrante prejuízo à defesa do acusado, ou na ocorrência de qualquer das falhas apontadas no art. 43 do CPP - o que não se vislumbra in casu;

4- A prisão preventiva foi decretada como medida imperativa à garantia da ordem pública, já que o tráfico se estabeleceu entre estados da federação e embasado na prática de uma diversidade de crimes para sustentar o efetivo desempenho da organização criminosa;

5- Não se pode determinar o trancamento da ação penal com base na alegação de inépcia da denúncia, quando efetivamente se comprovou que a peça atende os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal;

6- A via estreita do habeas corpus não é adequada a análise de alegações concernentes à negativa de autoria, pois este rito sumário não permite o exame de questões fático-probatórias;

7- Ordem denegada. Decisão Unânime".

Assim, claro está que o presente pedido não deve ser conhecido, no que tange às alegações referentes à falta de fundamentos para a decretação da custódia cautelar, posto que tais questões já foram analisadas, e decididas, por esta Egrégia Corte, no *mandamus* referido.

Subsumindo-se, logo, a análise de mérito do *writ*, tão-somente ao alegado excesso de prazo para a formação da culpa, tenho que os argumentos do impetrante/paciente não merecem amparo.

Como visto, o feito é notoriamente complexo, contando com 22 (vinte e dois) réus, e onde houve a necessidade de vários procedimentos investigativos, voltados à busca da verdade real, como buscas e apreensões e quebras de sigilo bancário, o que, logicamente, implica num maior alargamento da marcha processual. Ademais, mostra-se claro o comprometimento do Juízo com o bom andamento do processo, despachando o feito com celeridade, e cuidando de designar com rapidez a audiência instrutória, ultimada, como dito, em 14 de dezembro próximo passado. Assim, deve ser aplicado ao caso os temperamentos do princípio da razoabilidade, por imperativo.

Importante repisar, como asseverou a magistrada de primeiro grau, que a demora no término da instrução deveu-se principalmente à morosidade na apresentação das peças preliminares de Defesa, o que torna ainda mais frágil a lese aqui aventada.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Costa Reis

135

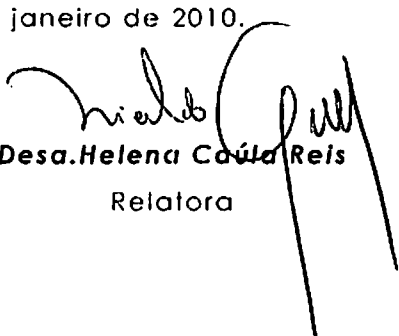


Ademais, estando, como de fato está, concluída a instrução criminal, aplicável se mostra, ainda, a súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Pelo exposto, entendendo despiciendas maiores considerações, voto pela denegação da ordem, em consonância com o parecer ministerial.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Helena Costa Reis

Relatora